

Perspectivas psicossociais no estudo da identidade

José Azevedo

O conceito de identidade tem vindo a ser referido como fundamental para a análise psicossociológica da relação indivíduo-sociedade. As razões para esta ênfase são facilmente visíveis numa série de mudanças em curso na sociedade contemporânea, senão vejamos:

- o recrudescimento do nacionalismo em várias vertentes
 - desagregação dos Estados da Europa de Leste por fronteiras ligadas ao conceito de nacionalidade
 - recente oposição da Dinamarca e de largos sectores da população de vários países ao Tratado de Maastricht sob a premissa básica de não estarem dispostos a ceder certos poderes *nacionais* a órgãos supranacionais
- demonstram claramente que não podemos compreender as nações e o nacionalismo simplesmente na sua vertente política, mas que os temos de abordar também como fenómeno cultural. Por outras palavras, o nacionalismo como ideologia tem de ser relacionado com o conceito multidimensional da *identidade* nacional ¹;
- o surgimento de um cada vez maior número de sujeitos com perturbações «psicológicas» na definição da sua identidade. Tendo-se perdido os valores transcendentais (Revolução, Progresso, Utopia, etc.) que garantiam uma legitimidade à ideologia, o indivíduo é remetido para os limites de si próprio. Nestas condições, em vez de aspirarem a um ideal, os indivíduos começam a identificar-se com uma imagem ².

¹ Sobre esta temática veja-se: A. SMITH, *National Identity*, London, Penguin, 1991.

² Sobre esta temática veja-se: C. LASCH, *The Culture of Narcissism*, New York, Norton, 1979; C. LASCH, *The Minimal Self*, New York, Norton, 1984; A. RENAUT, *L'Ère de l'Individu*, Paris, Gallimard, 1989; R. SENETT, *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Seuil, 1979; G. LIPOVETSKY, *L'Ère du Vide*, Paris, Gallimard, 1982.

Tendo unicamente a sua imagem como «pele» o indivíduo fica muito mais propício a sensações de vazio e de falta de sentido. Daí que os clínicos vejam hoje menos neuroses clássicas, que derivam da repressão sexual, e mais desordens de «carácter» ou «identidade». O «paciente de hoje», escreve Erikson³, sofre mais o problema de em que acreditar e em quem se tomar ou ser; enquanto o paciente do princípio da psicanálise sofria mais de inibições que o impediam de alcançar o que e quem ele pensava ser;

- as modificações nos papéis sexuais e nas «sexualidades» que não puseram apenas em causa os comportamentos e os valores, mas foram tocar nos aspectos mais íntimos: a identidade, a própria natureza do ser homem ou mulher⁴.

Temos assim que quer na esfera colectiva quer na individual se verifica uma crescente dificuldade e complexidade para a definição de uma identidade.

Ao aumento do interesse e dos trabalhos nesta área não tem contudo correspondido uma maior clarificação dos conceitos. As razões para esta situação prendem-se possivelmente com o facto de o estudo e a compreensão deste fenómeno se terem conservado fragmentados ao longo de várias disciplinas. Ora dado o carácter de charneira que o conceito de identidade representa, remetendo-nos para o individual e para o social, deparamo-nos facilmente com interrogações que não podem ser respondidas no âmbito exclusivo de qualquer teoria/ciência.

A ultrapassagem destas dificuldades implica, em nossa opinião, entrar em linha de conta com várias dimensões. Nesse sentido começamos por apresentar uma síntese dos trabalhos que recentemente se apresentaram como mais inovadores, e mais capazes de contribuir com algumas pistas para a compreensão das razões por que é hoje em dia tão difícil a definição de uma identidade, isto é quais são as interconexões entre identidade e realidade socio-histórica.

Em segundo lugar, é apresentada uma proposta de metodologia de investigação que entra em linha de consideração com as dimensões individual e social da identidade e por isso nos parece mais capaz de contribuir para uma visão integradora e complexa deste tema.

³ E. ERIKSON, *Childhood and Society*, 2nd ed. rev., NY, Norton, 1963, p. 279.

⁴ «Esta transformação obriga-nos a recolocar as grandes questões metafísicas: Quem sou eu?; o que é a minha identidade, a minha especificidade de homem ou mulher?: Como nos distinguiremos Um do Outro; Como viveremos Um com o Outro?» E. Badinter, *Um é o Outro*, Relógio d'Água, p. 8.

A PROBLEMÁTICA DA IDENTIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA:
UMA REVISÃO PSICOSSOCIOLÓGICA

Para clarificarmos esta situação necessitamos de traçar a evolução histórica da forma como o homem se foi vendo a si próprio e à sua experiência.

Este mesmo ponto de partida é, de resto, desde há muito referido pelos antropólogos⁵, que afirmavam que diferentes sociedades, em diferentes épocas, facilitam diferentes visões do que é ser uma pessoa, o que, por seu lado, vai circunscrever a forma e o conteúdo da experiência individual.

Diversos autores (por ex. Baumeister⁶, Giddens⁷) têm procurado evidenciar como a definição de identidade se foi tornando um problema no decurso do desenvolvimento histórico.

Se bem que, em cada época, possam surgir vários tipos de problemáticas de identidade, existiriam, segundo Baumeister⁶, algumas que seriam centrais a cada período.

Começando a análise pela parte final da Idade Média, (aproximadamente entre os séculos XI e XV), verificamos que, durante esse período, o indivíduo era essencialmente definido por atributos relativamente fixos como a linhagem, o género ou o status social. As transições ao longo dos vários períodos da vida eram governados por processos institucionalizados e o papel individual neles era relativamente passivo. O leque de opções disponíveis era, em todos os casos, diminuto e a identidade limitava-se a algo «superficial», simples e não problemático.

O período seguinte, definido por Baumeister, compreende, aproximadamente, do século XVI ao século XIX. Aqui, com o aumento do comércio, surgem também maiores possibilidades de o sujeito ascender socialmente. Esta consciência de mobilidade social vai implicar, por seu lado, o surgimento do conceito de mudança e desenvolvimento pessoal, isto porque a posição social começa a depender também da realização individual e não só da origem social.

⁵ «... a auto-imagem de um indivíduo e a interpretação que faz da sua própria experiência não pode ser separada do conceito de self que é característico da sua sociedade». R. HALLOWELL, *Culture and Experience*, 1955, p. 76.

⁶ R. BAUMEISTER, *Identity: Cultural Change and the Struggle for Self*, New York, Oxford, 1986.

⁷ A. GIDDENS, *Modernity and Self-Identity*, London, Polity Press, 1991.

⁸ R. BAUMEISTER, *How the Self Became a Problem: A Psychological Review of Historical Research*, *Journal of Personality and Social Psychology*, 1987, 52, pp. 163-176.

Outra consequência desta evolução é, no dizer de Trilling ⁹, o surgimento da concepção de self ¹⁰ como um espaço interior e escondido, que tinha de ser distinguido da forma como o sujeito se comportava em público. Esta preocupação com os contrastes entre aparências e realidades subjacentes foi abundantemente reflectida na filosofia, política e literatura da época. Trilling realça em particular a emergência na literatura da figura do vilão, enquanto personagem cujo lado diabólico é percebido pela audiência mas não pelos outros personagens do drama.

Por outro lado, existem vários aspectos do domínio interpessoal que sofreram importantes modificações conducentes a uma maior individualização dos sujeitos. Ariés ¹¹ e Stone ¹² falam-nos por exemplo das importantes mudanças nas práticas de socialização das crianças registadas neste período, no sentido do surgimento de um maior investimento afectivo na relação entre os pais e cada um dos filhos. Ora, se a criança cresce acreditando que é única ou especial, em adulto tenderá a pensar sobre si da mesma forma. Assim, não só a relação passa a ser mais individualizada como, também, fomenta mais individualismo.

Outro exemplo do mesmo processo é referido por Ariés a partir de uma análise da evolução dos testamentos. A partir do séc. XVIII começa a verificar-se que os indivíduos passam a doar os seus bens a familiares e não à Igreja como até aí. Esta mudança é interpretada por Ariés como representando a geral introdução do sentimento e da afectividade nas relações, isto é, as relações tomam-se cada vez mais individualizadas e especiais.

Esta viragem para o individual que Baumeister ¹³ aponta como característica deste período, vai ter como consequência que a definição da identidade comece a ser uma questão a que os indivíduos têm de responder. Contudo é ainda pouco problemática, uma vez que os critérios e, frequentemente, os procedimentos para a auto-definição eram socialmente claros e bem definidos.

⁹ L. TRILLING, *Sincerity and Authenticity*, Cambridge, Harvard University Press, 1971.

¹⁰ Consideramos que é preferível conservar a palavra «self», que se generalizou de tal forma que todos sabem que se refere à personalidade própria de cada pessoa. Palavras como eu, ego ou próprio, que têm conotações psicológicas particulares, são menos claras e eficazes do que self.

¹¹ P. ARIÉS, *Centuries of Childhood: a Social History of Family Life*, New York, Random House, 1962.

¹² L. STONE, *The Family, Sex and Marriage in England 1500-1800*, New York, Harper and Row, 1977.

¹³ R. BAUMEISTER, *Op. cit.*, p. 170.

Finalmente, o último período começaria em meados do séc. XIX prolongando-se até há actualidade. Contudo as características mais marcantes deste período são fundamentalmente as da sociedade contemporânea.

Vários factores e circunstâncias da «alta modernidade», na expressão de Giddens, influenciam directamente a relação entre identidade e as modernas instituições.

A generalizada experiência contemporânea de fragmentação e de incapacidade de manter uma ligação com os significados que acompanham as transformações características da modernidade, é geralmente o ponto de partida tomado pelos analistas da cultura contemporânea para a sua análise de que a modernidade é tempo de problemática de identidade¹⁴.

Esta experiência pode ser teorizada de diversas formas, pelo que apontamos algumas das referências mais frequentes:

1) a dissolução das «grandes narrativas» de crença e verdade, com as suas conexões subjacentes que davam sentido às diferenças superficiais, e uma ligação significativa entre presente, futuro e passado.

2) Giddens¹⁵ considera que a institucionalização pela modernidade do princípio da dúvida radical, tem as seguintes implicações:

- todo o conhecimento toma a forma de hipóteses, e é visto como temporário;
- todo e qualquer conhecimento é reivindicado por múltiplas fontes de autoridade, com frequência internamente contestadas e divergentes nas suas implicações;
- a dúvida (orna-se um aspecto saliente da razão crítica moderna e introduz-se na vida diária estabelecendo uma dimensão existencial geral no mundo social contemporâneo.

3) nos períodos anteriores, ou de um modo geral nas culturas tradicionais, as mudanças na identidade eram frequentemente ritualizadas, o que facilitava ao indivíduo todos os processos de transição e lhe permitia muito mais facilmente saber onde se encontrava e o que era. Nos contextos da modernidade, por contraste, o novo self tem de ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conexão entre o pessoal e a mudança social.

¹⁴ Sobre esta temática veja-se: F. LYOTARD, *The Postmodern Condition*, Manchester, Manchester University Press, 1979; D. HEBDIGE, *Hiding the Light*, London, Routledge, 1988.

¹⁵ A. GIDDENS, *Op. cit.*, p. 32.

Nestas circunstâncias, *sistemas abstractos envolvem-se de forma determinante não somente na ordem institucional da modernidade mas também na formação e continuidade do self*. Giddens¹⁶ apresenta como exemplo deste processo a actual socialização das crianças que tende, cada vez mais, a estar dependente do conselho e instrução de experts (pediatras, educadores, psicólogos) em detrimento da directa instrução de uma geração à outra — e estes conselhos e instruções são eles próprios reflexivamente responsivos à investigação em processo. Desta forma a sociologia e a psicologia estão directamente interconectados com a reflexividade do self.

Em síntese, para estabelecer a identidade tem de se escolher e optar por diferentes papéis e valores, mas a dificuldade que se equaciona pela primeira vez na modernidade, é a de que essa escolha tem de ser efectuada entre uma complexa diversidade de opções e possibilidades mas sem ao mesmo tempo estarem disponíveis orientações ou critérios de escolha (ver pontos 1 e 2) por um processo reflexivo em constante mudança (ver ponto 3).

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA IDENTIDADE

As linhas dominantes dos estudos sobre a identidade, dentro da Psicologia Social e da Sociologia, têm reduzido esta noção a um sistema de papéis internalizados ou ainda mais simplesmente a características objectivas determinadas pela posição e pelo status social. Estas perspectivas implicam sempre uma visão da identidade como um produto exterior que se impõe ao sujeito.

Esta abordagem é actualmente posta em causa por diversos autores de que destacamos M. Zavalloni¹⁵. Nos seus trabalhos Zavalloni apresenta-nos as suas concepções de identidade inserindo-as no que apelida de abordagem ego-ecológica.

Nesta abordagem, o indivíduo não é mais considerado sujeito passivo determinado por forças «obscuras» interiores ou exteriores, mas sim como «um actor que interage e intervém activamente sobre o seu meio. São assim reintroduzidas as noções de intencionalidade, de esco-

¹⁶ A. Giddens, *Op. cit.*, p. 34.

¹⁷ M. ZAVALLONI, «L'Identité Psychosociale, un Concept à la Recherche d'une Science», in S. Moscovici (Ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Paris, Larousse, 1973; M. ZAVALLONI & C. LOUIS-GUERIN, *Identité Sociale et Conscience: Introduction à l'Ego-Ecologie*, Montreal, Presses de L'Université de Montreal, 1984; M. ZAVALLONI & C. Louis-Guerin, *L'Ego-Ecologie comme Eltude de l'Interaction Symbolique et Imaginaire de Sol et des Autres, Sociologie et Société*, 1987, vol. XIX, 2, pp. 65-75.

lha e de acção volitiva e sobretudo as de subjectividade e de multiplicidade de realidades»¹⁸.

Daqui resulta, que se procure não só saber como a pertença a determinados grupos (classe social, sexo, profissão, etc.) é susceptível de afectar a percepção de si próprio e os valores pessoais mas também como o indivíduo participa na transformação dessas significações.

Na abordagem tradicional, o meio social é situado no exterior da pessoa, daí que os trabalhos dentro desta linha procurem compreender e explicar as representações de uma pessoa a partir desse meio «objectivo».

Em contrapartida, a análise ego-ecológica, ao reconhecer a importância de todo um imaginário que o sujeito constrói sobre si próprio, sobre as relações interpessoais e sobre a sociedade, vai procurar compreender as representações, não a partir do meio exterior, mas do meio interior, visto este como «conteúdo organizado na memória a longo prazo das recordações pessoais, das imagens e das experiências»¹⁹.

Trata-se assim de explorar as relações entre a consciência subjectiva da identidade (identidade pessoal) e os atributos sociais objectivos (identidade social).

Neste sentido, Zavalloni propõe uma metodologia composta por um instrumento (Inventário de Identidade Social) e um método de análise (a contextualização representacional) e que se estrutura ao longo de três fases.

Numa primeira fase, pede-se aos sujeitos que completem, através de associação livre, frases do tipo — Nós (grupo de referência) somos...; Eles (grupos de referência) são... . O grupo de referência poderá ser a nacionalidade, o sexo, a ideologia política ou qualquer outra categorização de grupo.

Ex.: Nós os sociólogos somos...

Eles os sociólogos são...

Estes dados que nos reportam a alguns aspectos da vertente objectiva da identidade, como são os grupos de pertença, mostram-se ainda insuficientes para alcançar os objectivos propostos, por um conjunto de razões.

Em primeiro lugar, determinados conceitos abstractos como os de nacionalidade, género, ideologia política, etc., não aparecem necessariamente como representação cognitiva, sendo na expressão de Zavalloni, recodificados.

¹⁸ M. ZAVALLONI, 1987, *op. cit.*, p. 67.

¹⁹ M. ZAVALLONI, 1987, *op. cit.*, p. 68.

Este aspecto é particularmente visível no seguinte exemplo: o sujeito A perante a frase «Nós os Portugueses somos...» refere «comunicativos, alegres, desenrascados, católicos, conservadores»; o sujeito B perante a mesma questão refere «saudosistas, fatalistas, melancólicos, liberais, permissivos».

Temos assim, que o conceito abstracto de «Portugueses» para adquirir uma significação teve de ser recodificado em imagens particulares, tornando-o «visualizáveis no concreto ou possível de imaginar a partir de referentes pessoais particulares, escolhidos de forma electiva para tipificar uma certa maneira de ser e de fazer.

Em suma, fica claro como a simples pertença a um grupo nos diz pouco sobre a identidade de um sujeito, e coloca-nos perante a necessidade de determinar os aspectos subjectivos da identidade objectiva.

A acrescentar a esta problemática relação entre aspectos subjectivos e objectivos da identidade, está ainda o facto de um indivíduo ser simultaneamente membro de numerosas categorias: nacionalidade, sexo, ocupação, posição político/religiosa, etc. Coloca-se assim a questão de saber quais destas categorias contribuem mais para a ideia que o sujeito tem de si próprio, isto é, o sujeito definir-se-á melhor quando pensa em si próprio como «nós os do Porto» ou como «nós os empresários», «nós os homens/mulheres», «nós os sociólogos», etc.. Por outras palavras, como se determina onde começa o círculo de nós? E qual o nós mais significativo? O que nos remete mais uma vez, para o carácter idiossincrático das respostas, logo para os aspectos subjectivos.

No sentido de lidar com estas questões, a segunda fase da metodologia de Zavalloni²⁰ explora sistematicamente, para cada representação obtida na primeira fase, o seguinte:

- 1) os referentes implícitos (sub-grupos, pessoas ou imagens protótipos) para os quais reenviam as representações;
- 2) as representações que se aplicam ou não a si como indivíduo;
- 3) o valor de cada uma das representações (positiva, negativa ou neutra) e a sua significação ao nível do grupo e ao nível individual.

Esta análise prossegue ao longo da terceira fase, que Zavalloni apelida de método de contextualização representacional. O procedimento consiste em retomar cada palavra (obtida na primeira fase) e

²⁰ M. ZAVALLONI, 1987, *op. cit.*, p. 70.

de explorar o seu contexto específico (significações para o grupo, para si próprio; origem histórica e biográfica da palavra, o seu enraizamento motivacional, etc.). Trata-se de fazer surgir o que é retido da história do grupo, e das experiências salientes do vivido pessoal ligado a uma identidade (enquanto Português, homem/mulher, operário, etc.) e fazem «jorrar uma multiplicidade de imagens e de personagens que povoam a nossa memória e nos acompanham mais ou menos silenciosamente como modelos, heróis ou referentes»²¹.

Este procedimento parte, pois, do pressuposto de que, entre todas as experiências, imagens e ideias que se acumulam ao longo da vida, as que são retidas constituem a estrutura de identidade e condensam-se num número muito limitado de palavras-força ou palavras-valores²².

Em síntese, poderíamos dizer que a metodologia de Zavalloni nos permite abordar o estudo da identidade como lugar do reencontro do individual e do social, do objectivo e do subjectivo.

²¹ M. ZAVALLONI, 1987, *op. cit.*, p. 69.

²² A teoria da rotulagem de E. GOFFMAN, *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*, New York, Simon & Schuster Inc., 1963, tinha já demonstrado o papel da linguagem na construção do eu e do outro. Cada grupo desenvolve um vocabulário para marcar a sua identidade e diferenciar-se dos outros.